

Ensinos Preparatório e Secundário em conferência nacional

FENPROF exige negociações sobre carreiras docentes

O Ministério da Educação desistiu da publicação do diploma sobre gestão das escolas devido à contestação dos professores, afirmou ontem o Secretariado Nacional da Federação Nacional dos Professores (FENPROF).

Trata-se de um projecto sobre gestão das escolas do Preparatório e do Secundário enviado no início de Janeiro pelo Ministério da Educação aos sindicatos do sector, com um prazo máximo de cinco dias para uma resposta, considerada insuficiente pela FENPROF.

Ao analisar, em comunicado, uma reunião efectuada quinta-feira com o secretário de Estado da Administração Escolar, Simões Alberto, a FENPROF alerta os professores para a «necessidade absoluta» de darem sequência às formas de luta previstas que poderão culminar com uma greve nacional de dois dias no final de Março.

O comunicado afirma que, relativamente ao quadro complementar recentemente anunciado pelo Ministério da Educação para cerca de 15 000 professores provisórios, o secretário de Estado «manifestou opiniões muito vagas».

Não foi sequer capaz de clarificar se tal situação se verificaria já para o próximo ano, nem se o acesso a este quadro seria por consenso», refere o comunicado.

Foi agendada para o dia 26 uma nova reunião entre a FENPROF e o Ministério da Educação, em que será debatida a questão dos quadros complementares, tanto para professores primários como dos ensinos Preparatórios e Secundários.

Entretanto, uma proposta salarial atribuindo ao topo da carreira dos ensinos Preparatório e Secundário um ordenado de 128 contos foi ontem apresentada na Póvoa de Varzim pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF).

A carreira, de acordo com a proposta, apresentada na conferência da FENPROF dos ensinos Preparatório e Secundário, terá no seu escalão mais baixo (primeira fase) o ordenado de 76 800 escudos, aumentando progressivamente para

87 000, 97 300, 107 500, 117 600 e, finalmente, na sexta e última fase, 128 000 escudos.

A proposta aponta como mínimo salarial para os professores primários da primeira fase 66 800 escudos, subindo até à sexta fase, cujos professores receberiam 117 600.

O secretário-geral da FENPROF, António Teodoro, afirmou quinta-feira que «o Governo e o Ministério da Educação não se têm mostrado à altura da ocasião histórica», que considerou ser a implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo.

O secretário-geral da FENPROF contestou a posição do Ministério que defende que «os professores do actual Ensino Preparatório sejam formados exclusivamente de entre professores já formados para o primeiro ciclo do Ensino Básico (actual Ensino Primário).

«A FENPROF considerou já o projecto do MEC como totalmente inaceitável, não compreendendo como é possível uma tão grosseira distorção da lei de bases», frisou.

De referir que os cerca de mil participantes na conferência realizaram ontem, cerca das 12 horas, um desfile entre o Casino

e a Câmara Municipal, percorrendo as ruas da Póvoa, a fim de entregarem ao presidente da edilidade um documento dirigido aos órgãos de soberania, onde deniam conta das reivindicações prioritárias dos professores dos sectores de Ensino Preparatório e Secundário.

De entre as reivindicações, os professores salientam a necessidade urgente de iniciar as negociações com o MEC, nomeadamente no que se refere às carreiras docentes e à formação de professores.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Política - Professores